

## EDITORIAL

# Desigualdade, fome e produção de alimentos

**Ana Elizabete Mota<sup>1</sup>**<https://orcid.org/0000-0002-2195-8723>**Ricardo Lara<sup>2</sup>**<https://orcid.org/0000-0003-1631-8227>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Recife, PE, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil.

É oportuna, pertinente e absolutamente necessária a temática que o leitor tem em mãos neste número da Revista *Katálysis*. Ao abordar a desigualdade e a fome como fenômenos inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, perquire as singularidades da atual conjuntura brasileira, identificando suas determinações históricas no âmbito da relação dialética e contraditória entre o crescimento da riqueza e a pauperização, processos que a crise capitalista e, no seu interior, a crise sanitária tornaram mais agudos, derruindo conquistas civilizatórias.

Recorremos à síntese realizada por Karl Polanyi, no seu livro, *A Grande Transformação* (POLANYI, 2021, p.172), que identifica a emergência da pobreza e da fome como fenômenos do século XVI — portanto, vigentes por cinco séculos — e que por força da luta de classes, transformam-se em objeto da intervenção do Estado, através da constituição de direitos sociais e medidas de seguridade social no século XX.

Referindo-se à Inglaterra, berço da revolução industrial clássica, Polanyi sustenta que a emergência da pobreza moderna no século XVI relaciona-se diretamente com o fim do feudalismo ao transformar a população destituída de terra e meios de sobrevivência “numa classe de trabalhadores livres, que resultou da combinação de uma feroz perseguição à vagabundagem e de um fomento à indústria interna, que recebeu impulso com a expansão contínua do comercio exterior” (POLANYI, 2021, p. 172).

Originalmente objeto de leis sanguinárias (MARX, 2017, p. 805-813) e de outras medidas afins, como a Lei dos Pobres e a Lei de Speenhamland (POLANYI, 2021, p. 139-170), os cercamentos e a expropriação das terras determinaram o surgimento do que Polanyi conceituou de *nova pobreza*, no contexto da *nova sociedade* que ali emergia: o capitalismo.

A partir do século XVII, o pauperismo e sua principal expressão, a fome, passam a ser objeto de teorizações dos mais diversos pensadores da época (liberais, socialistas, naturalistas e conservadores), dentre outros, Smith, Townsend, Owen, Ricardo, Proudhon, Burke (POLANYI, 171-202), que, ora tratavam a pobreza na perspectiva da assistência aos pobres, ora das causas do seu surgimento e, mesmo com pontos de vista divergentes, defendiam que *os pobres* deveriam trabalhar, chegando a ponderar que o ócio, *a fome* seriam eliminadas com a utilização da força de trabalho barata, convencidos de que “*a organização apropriada do trabalho dos desempregados, deveria produzir um excedente*” (POLANYI, 2021, p. 179), o que viria a ocorrer plenamente no século XIX.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

Pensadores como Smith, Ricardo e Burke (POLANYI, 2021, p. 181-201), discorreram amplamente sobre a relação entre trabalho, livre mercado e o significado da pobreza no âmbito do pensamento liberal e conservador, cientes do peso do trabalho na produção da riqueza. Contudo, é no decorrer do século XIX, em face da luta de classes — que a relação entre o livre mercado e a proteção social do Estado —, presente até nossos dias, transformou a questão da pobreza e do trabalho, numa questão eminentemente política.

Numa vertente antípoda, ao empreender a crítica da economia política e contrapor-se aos pensadores referidos na síntese de Polanyi (2021), embora tomando o mesmo ponto de partida, Marx (2017) analisou com radicalidade as determinações da emergência *desse pobres* no clássico Capítulo XXIV do Livro 1 de O Capital, *A Chamada Acumulação Primitiva*, considerada por ele, o ponto de partida do modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 785; ROSDOLSKY, 2001, p. 209-235). Ao referir-se ao significado da acumulação primitiva, ironicamente afirma que ela é o pecado original da economia política, numa alusão à teologia. Assim ele argumentou:

A lenda do pecado original teológico, conta-nos, certamente, como o homem foi condenado a ganhar o pão com o suor do seu rosto; no entanto, a história do pecado original econômico revela-nos por que há gente que não tem necessidade disso. [...]. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora a muito tenha deixado de trabalhar. (MARX, 2017, p. 785).

Em diálogo crítico com os liberais e conservadores que viram no trabalho assalariado da população sobrando e pobre um meio de produzir riqueza privada, Marx considerou que se iniciava ali a subjugação capitalista do trabalhador, uma espécie de mudança de forma da servidão feudal, quando grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (MARX, 2017, p. 787).

Violentemente expropriada da terra e entregue à *vagabundagem*, a população expropriada, “viu-se obrigada a se submeter por meio de leis grotescas (ah, o direito!) e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao trabalho assalariado”. Assim, estavam postas as condições para “no evoluir da produção capitalista [desenvolver-se] uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si” (MARX, 2017, p. 808). De acordo com a análise de Marx:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, *os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica*” (MARX, 2017, p. 788, grifo nosso).

Estava historicamente selado o processo no qual a massa de trabalhadores — ocupados ou sobrantes — passariam a depender da venda da sua força de trabalho para obter os meios de subsistência, organizada agora através do salário e do mercado. Os trabalhadores, sempre ameaçados pela existência de uma população sobrando, que pressiona para baixo os salários, estarão à mercê do desemprego, da pobreza e da fome. Esse processo expulsou e expropriou parte da população rural e simultaneamente libertou os trabalhadores para o capital industrial, criando um mercado interno. Os meios de vida — produção de subsistência e trabalho não mercantil — transformam-se em mercadorias e progressivamente os trabalhadores foram alienados dos instrumentos e produtos do trabalho.

Estabelecidas secularmente, as bases materiais e alguns dos traços ideopolíticos do trato da pobreza e da desigualdade, sob novos conteúdo e forma, podem ser identificados na atualidade, como na existência de classes sociais antagônicas, na exploração do trabalho e produção do valor e na propriedade privada. É verdade que as sociedades se complexificaram e são muitas as mediações históricas que percorrem o desenvolvimento do

capitalismo e a própria configuração da classe trabalhadora, assim como, seus meios de luta e os mecanismos de controle do capital sobre o trabalho. Todavia, é incontestável que diferentemente do que ocorria nas formações sociais precedentes ao capitalismo, a pobreza não provém da penúria generalizada, mas de uma contínua produção de riquezas.

Nessa quadra histórica, a dinâmica do capitalismo adquiriu novas configurações, dentre elas, a expansão do processo de financeirização e suas articulações com a base produtiva na produção de lucros inimagináveis, bem como as expressões objetivas da luta de classe e da ação do Estado. Processos que encetam particularidades nos países centrais e periféricos, ora atravessados pela crise econômica, política, social, ademais da sanitária, decorrente da pandemia da Covid-19, num cenário tornado ainda mais complexo pela existência da guerra imperialista entre a Rússia e a Ucrânia.

Presencia-se o agravamento planetário da pobreza, mediado por retrocessos políticos regressivos, nacional e internacionalmente, com o brutal recrudescimento das desigualdades sociais, como revelam os dez artigos temáticos deste número da Revista *Katálysis*, inclusive problematizando a produção de alimentos no processo de mercantilização e *comoditização* da produção agrícola brasileira, ao lado do desmonte de políticas sociais estruturadoras, dentre elas a de segurança alimentar.

O Relatório da Oxfam-Brasil divulgado em maio de 2022 (OXFAM, 2022), quando do encontro de Davos, argumenta que a pandemia do Coronavírus ampliou o crescimento das desigualdades e o aumento dos preços dos alimentos, em 2022, fato que levará 263 milhões de pessoas à extrema pobreza em todo o mundo, aumentando a fome e a falta de condições materiais e sociais de existência da população trabalhadora e empobrecida.

O relatório nos fornece uma fotografia das expressões das desigualdades, mas sua programática revela-se como uma aposta em medidas tributárias progressivas que devem ser usadas para reduzir desigualdades, quais sejam: *imposto pandêmico urgente sobre os lucros excessivos das maiores corporações do mundo; imposto de solidariedade pandêmico urgente de 99% sobre a nova riqueza bilionária; imposto patrimonial permanente para os mais ricos*. Como seria de esperar, tudo leva a crer que a instituição promotora do estudo, tem uma visão idílica sobre a viabilidade dessa proposta, especialmente em face da mobilidade mundial do dinheiro e da riqueza dos bilionários, cujos lucros foram recordes durante a pandemia nos setores alimentício, farmacêutico, energia e tecnologia, enquanto milhões de pessoas ao redor do mundo enfrentam uma crise de custo de vida.

Note-se, segundo dados publicados no Relatório, que a fortuna dos bilionários aumentou, em 24 meses, o equivalente a 23 anos. Bilionários dos setores alimentício e de energia aumentaram suas fortunas em um bilhão de dólares a cada dois dias. Surgiram 62 novos bilionários do setor de alimentos e um novo bilionário surgiu a cada 30 horas, em média, durante a pandemia. Ao mesmo tempo em que surgia um novo bilionário, um milhão de pessoas caíam na pobreza extrema.

Evidente que a pandemia mundial do coronavírus caracteriza-se pelo adoecimento e morte de milhões de pessoas, configurando-se como uma catástrofe humanitária que se alastrou planetariamente. Como qualquer fenômeno humano-social, a sua compreensão requer contextualização histórica: situá-la nas condições macrossociais da dinâmica capitalista que regem a produção da riqueza social e os modos de vida da população mundial, sem descurar das implicações da crise capitalista e da ofensiva neoliberal dessas últimas décadas (MOTA; RODRIGUES, 2021). É possível constatar a existência de imbricações entre as metamorfoses pelas quais passa o capitalismo do século XXI e o surgimento da crise sanitária mediada, dentre outros, pela produção destrutiva da natureza, comércio ilegal da fauna e da flora, expropriação da terra para produção de alimentos voltados à subsistência humana e o concomitante crescimento da grande propriedade fundiária e do agronegócio, tendências que imprimem características particularidades às suas manifestações e meios de enfrentamento em cada região e país.

Embora o discurso dominante impute à pandemia da Covid-19 a principal causa da crise econômica e social que afeta os países centrais e periféricos, o fato é que a pandemia do coronavírus não responde pelas contradições do mundo capitalista. Ao contrário, a crise sanitária é potenciada pelas estratégias de enfrentamento da crise do capital, levadas a efeito pela burguesia, para reverter a queda da taxa de lucro através de iniciativas que redefinem a divisão internacional do trabalho e institui renovadas formas de exploração do trabalho.

A realidade brasileira, cujos modos de ser e de viver das classes subalternas carregam marcas de relações sociais de classe, generificadas, racializadas, superexploradas e socialmente desprotegidas é herdeira de uma formação social com raízes no sistema colonial, no trabalho escravo e no latifúndio, onde a modernização

capitalista assenta-se historicamente na dependência e subordinação ao capital-imperialista, sob a dominação da autocracia burguesa e exclusão política e econômica das classes trabalhadoras e subalternas (FERNANDES, 1987).

Na contemporaneidade, essas determinações históricas permanecem vigentes e se espraiam sob expressões diversas, marcadas por inaudita regressividade social, econômica e civilizatória, levadas a efeito pelo atual governo de extrema direita, do presidente Jair Messias Bolsonaro, agravadas pela preexistência de precárias condições infraestruturais, cortes orçamentários e desmonte de políticas, de que é exemplar a Emenda Constitucional nº 95 que constitucionalizou o ajuste fiscal ao congelar o gasto primário do governo federal por 20 anos. São décadas de políticas econômicas neoliberais a transformar serviços públicos em mercadorias, incentivando a riqueza corporativa e a evasão fiscal que corroeram o fundo público, os direitos e as condições de vida dos trabalhadores.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) divulgou inquérito sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia, em que registra que o número de brasileiros que passam fome saltou, em apenas um ano, de 19 milhões para 33,1 milhões. No Brasil, da potência agrícola do agronegócio, quase seis em cada dez brasileiros (58,7% da população), convive com a insegurança alimentar em algum grau (leve, moderado ou grave). Segundo o inquérito, o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. De cada 10 domicílios, apenas quatro conseguem manter pleno acesso à alimentação, os outros seis se dividem entre os que estão permanentemente preocupados com a possibilidade de não ter alimentos. Em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros que passaram por algum grau de insegurança alimentar, ou seja, um aumento de 7,2% desde 2020 e de 60% em comparação com 2018. Para piorar, aqueles que produzem alimentos estão passando fome, pois a fome atingiu 21,8% dos agricultores familiares (PENSSAN, 2022).

Nesse ambiente, o oportunismo e as estratégias das classes dominantes adquirem fôlego, seja através das ações do Estado, sob a direção de um governo profacista e militarizado, seja através dos aparelhos privados de hegemonia, num clima de acirrada luta e enfrentamentos políticos de classes. Estratégias coercitivas e consensuais são acionadas, tanto no campo ideocultural como no dos aparelhos repressivos, cujo principal destaque da ofensividade cultural é o uso das mídias sociais e das tecnologias de comunicação robotizadas pela Internet, seja sob a forma de *fake news* ou de apelos publicitários, através da ação de influenciadores digitais, afetando todos os aspectos da vida cotidiana (RODRIGUES; MOTA, 2021).

Ao expor as mazelas e contradições do capitalismo contemporâneo — cuja avidez pela acumulação da riqueza se dá às custas da exploração e pauperização das classes trabalhadoras, as classes dominantes *voluntarizam e emergencializam* o enfrentamento da desigualdade, da fome e da miséria, por fora das políticas sociais estruturadoras à mercê de ações pontuais, fragmentárias, de fácil uso populista e eleitoral (MOTA; RODRIGUES, 2021).

Guardando as devidas distâncias e os contextos históricos, quiçá possamos perceber o quanto as classes dominantes — secularmente — depositam na sujeição da fome e da pobreza as possibilidades de enfrentamento da barbarização da vida e insistem que a fome dependerá do suor do trabalho, ainda que não exista trabalho; e para os sobrantes estruturais — ainda que sejam potenciais usuários do que sobrou das políticas públicas de seguridade social, resta-lhes a hipoteca aos auxílios e à assistência social voluntária e eventual, numa reedição tosca das medidas liberais que estiveram presentes no alvorecer do capitalismo.

Ao teorizar sobre o capitalismo contemporâneo, Harvey (2004) afirma que, no curso do seu desenvolvimento, o capitalismo sela a unidade entre a potenciação da *exploração do trabalho* e a da *espoliação material e social* (da terra, da natureza, do dinheiro e dos direitos e meios de vida da população trabalhadora e subalterna), concluindo que a espoliação social é a marca do “novo imperialismo” (HARVEY, 2004).

Ao considerar essa dinâmica, identificamos uma ressignificação e atualização histórica da categoria *expropriações* no capitalismo contemporâneo que por caminhos diferentes, perpetuam a saga das populações pauperizadas desde a emergência do capitalismo, tornando, dentre outros, a produção de alimentos em mercadorias que geram lucros estratosféricos, como parte do processo de reprodução ampliada do capital. Assim, a expropriação do direito a uma alimentação digna é reveladora da genética necessidade do capital em expropriar os trabalhadores, porém adotando meios, formas e estratégias que se atualizam, tornando-as consoantes à dinâmica capitalista do século XXI (MOTA, 2018).

Assim, as expropriações não se restringiram a uma fase histórica do capitalismo, como se poderia pensar nos termos dos processos de acumulação primitiva, marcados pela expropriação original da terra e dos meios

de produção dos trabalhadores nos primórdios do capitalismo; presencia-se, sim, modernas expropriações, compatíveis com o capitalismo deste século, a despeito das abissais diferenças em relação ao passado. Na atualidade, o Estado das classes dominantes, torna-se permeável à pobreza, mas o faz no limite das suas necessidades, donde a recorrência aos programas de transferência de renda, nominados de auxílios, como o fez o atual governo brasileiro, inclusive contanto com os meios de comunicação para mobilizar iniciativas voluntárias da sociedade (associações caritativas, fundações empresariais, organizações não governamentais e populares) qualificando-as como políticas de assistência aos pobres, objeto da solidariedade moral dos dominantes e mesmo de outros trabalhadores em relação aos que não conseguem assegurar meios de sobrevivência.

Embora estejamos diante de uma conjuntura pessimista, o conjunto dos artigos ora publicados nos incitam a refletir sobre a realidade objetiva, cuja eversão clama pela organização e luta das classes subalternas, reiterando a clássica afirmativa marxiana de que os homens e as mulheres fazem história, mas sob condições e relações determinadas. Desse fazer história dependerá o enfrentamento político e público da desigualdade, da fome e da pobreza.

Finalizamos, citando extrato de um dos artigos desta edição:

O Direito Humano à Alimentação, que não se esgota na garantia de uma renda perene e acesso ao mercado, só pode ser realizado plenamente quando for ao encontro das necessidades humanas, no sentido de garantir uma alimentação com qualidade e em quantidades suficientes [...] A expropriação desse direito [...] aparta cada vez mais a maior parte da sociedade, em relação a qualquer possível forma de produzir, distribuir, e, inclusive, do que consumir. A comida se apresenta como um ser estranho, alheia a quem a produz. [...] A fome é expressão da questão social, e, inclusive, é estrutural, ao modo de produção, na medida em que será sempre presente, devido à forma desigual de apropriação da riqueza produzida, mas também na medida que esta tem um papel fundamental na extração de excedente e na realização do valor. (SILVA FILHO, 2022).

## Referências

- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.
- MOTA, A. E. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. (org.). Expropriações e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.
- MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 6., Londrina, 2021.
- OXFAM-MEDIA-BRIEF-BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-sem-embargo.pdf. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/lucrando-com-a-dor/>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens políticas e econômicas da nossa época. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.
- ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, Contraponto, 2001.
- SILVA FILHO, O. J. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. Revista Katálys, Florianópolis, v. 25, n. 3, ago./dez. 2022.

## Ana Elizabete Mota

[bmota@elogica.com.br](mailto:bmota@elogica.com.br)

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP)

Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**UFPE**

Avenida dos Economistas S/N – Cidade Universitária  
Recife – PE – Brasil  
CEP: 50740-590

**Ricardo Lara**

ricardolarauf@gmail.com  
Doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**UFSC**

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade  
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
CEP: 88.040-900